

10 DEZ 2025

1ª SE - 08:30h

PROTOCOLO

REQUERIMENTO

Nº

3524/25

AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS

Requer ao Chefe do Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC, informações detalhadas acerca das viaturas blindadas disponibilizadas no Estado de Rondônia, bem como os critérios utilizados para sua distribuição entre os órgãos de segurança pública.


O Parlamentar que o presente subscreve, com base nos termos do artigo 178 e 179 do Regimento Interno, requer ao Chefe do Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC, informações detalhadas acerca das viaturas blindadas disponibilizadas no Estado de Rondônia, bem como os critérios utilizados para sua distribuição entre os órgãos de segurança pública.

Considerando o relevante interesse público da matéria, requer respostas e envios de documentos, de acordo com os termos a seguir:

1. Quantas viaturas blindadas estão atualmente disponíveis no Estado de Rondônia?
2. Quais órgãos, unidades ou batalhões da Segurança Pública receberam viaturas blindadas até o momento?
3. Quais foram os critérios técnicos, operacionais ou estratégicos utilizados para a distribuição dessas viaturas?
4. Há previsão de aquisição de novas viaturas blindadas para reforço da frota estadual? Caso positivo, qual o cronograma estimado para entrega e lotação dessas unidades?
5. Existe estudo ou relatório técnico que embasou a distribuição atual das viaturas? Se sim, solicitar cópia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE RONDÔNIA  
A amiga do rondoniense

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS			
<p>6. Há viaturas blindadas atualmente inativas, em manutenção ou aguardando destinação?</p> <p>7. Qual o custo total investido na aquisição ou adaptação dessas viaturas?</p> <p>8. Quais medidas de manutenção preventiva e corretiva estão previstas para garantir a plena operação da frota blindada?</p> <p>Plenário das deliberações, 25 de setembro de 2025.</p> <p> DELEGADO CAMARGO Deputado Estadual- REPUBLICANOS</p>			



PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS			
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>A presente requerimento tem por objetivo solicitar informações acerca das viaturas blindadas destinadas aos órgãos de Segurança Pública do Estado de Rondônia justifica-se pela necessidade de assegurar a transparência na gestão dos recursos públicos, bem como verificar a eficiência na alocação dos equipamentos destinados ao reforço das ações de proteção à sociedade e aos agentes públicos.</p> <p>Considerando que as viaturas blindadas representam investimento significativo e têm papel estratégico nas operações de alto risco, torna-se imprescindível conhecer os critérios adotados para sua distribuição, a quantidade disponível e a forma como estão sendo utilizadas. Tais informações permitirão avaliar se a frota está atendendo às demandas operacionais, contribuindo para a redução de vulnerabilidades e para o aprimoramento das atividades policiais.</p> <p>A obtenção desses dados possibilita acompanhar o planejamento governamental na área de segurança pública, garantindo que a alocação dos bens esteja alinhada às necessidades regionais e ao princípio da eficiência administrativa.</p> <p>Tais informações, respeitados os dispositivos da <b>Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018)</b>, permitirão uma análise detalhada da atual situação administrativa, e andamento do processo na SESDEC, possibilitando a adoção de medidas corretivas, a otimização dos recursos públicos e a melhoria contínua da qualidade no atendimento à população.</p> <p>Como <b>presidente</b> da Comissão de Fiscalização e Controle e membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e, amparado no <i>Art. 28, II, IV</i> do Regimento Interno desta Casa de Lei, e Lei n.º 1121/2001, para elucidação de qualquer matéria sujeita a estudo, o parlamentar poderá requerer a realização de diligências, bem como formular pedidos de informação, nos termos da <i>Constituição Estadual, da Lei e do Regimento Interno</i>.</p> <p>Neste sentido, ao fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive abrangendo os atos da Administração indireta, este Parlamentar está cumprindo com as suas funções típicas, após eleito.</p>			

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS			
<p>A Constituição do Estado de Rondônia nos Incisos XVII e XXXIV do Art. 29, acrescido pela Emenda Constitucional nº 24 de 04 de março de 2012, atribuiu a competência privativa à Assembleia Legislativa vejamos:</p> <p>XVIII - <b>Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo</b>, inclusive os da administração indireta;</p> <p>XXXIV- <b>Encaminhar ao Governador do Estado pedido, por escrito, de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em tramitação</b>, ou sobre fato sujeito à fiscalização da Assembleia, importando crime de responsabilidade o não-atendimento no prazo de dez dias. (Adin 132-9 - Inconstitucional a expressão: ...importando crime de responsabilidade o não-atendimento no prazo de dez dias. Acórdão: DJ 30.05.2003).</p> <p>Por sua vez, o Art. 46 da Constituição Estadual ainda dispõe:</p> <p>Art. 46. A fiscalização contábil, <b>financeira e orçamentária, operacional e patrimonial</b> do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público do Estado.</p> <p>Do mesmo modo, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, no Art.146 destaca que:</p> <p>Art. 146. Proposição é toda matéria submetida à deliberação da Assembleia, a saber:</p> <p><b>IX- Requerimento;</b></p> <p>O Regimento Interno ainda dispõe que o requerimento é a proposição pela qual o Deputado ou Comissão, solicita informações, vejamos a redação do Art. 172 e por conseguinte do Art. 179:</p> <p>[...]</p> <p>Art. 172. Requerimento é a proposição pela qual o Deputado ou Comissão, solicita informações ou providências da Assembleia, de outros Poderes, ou</p>			



PROTOCOLO	REQUERIMENTO	Nº
AUTOR : DEP.DELEGADO CAMARGO - REPUBLICANOS		
<p>de órgãos públicos, bem como, manifestação de caráter público do Legislativo. [...] Art. 179. Os requerimentos de informações mencionarão as autoridades a quem são dirigidas, importando crime de responsabilidade, a recusa ou o não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhadas pelo Presidente da Assembleia ao Governador do Estado, observadas as seguintes regras: [...] III - deverão referir-se a ato ou fato relacionado com matéria legislativa em tramitação, ou sujeito à da Assembleia.</p> <p>Corroborando com os entendimentos acima, temos ainda o <i>Decreto nº 24.876, de 17 de março de 2020, que nos ensina no Art. - 1º, § 2º, I</i>, que requerimento é a proposição pela qual Deputado ou Comissão, solicita informações ou providências aos Órgãos do Poder Executivo Estadual e demais Poderes, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não cumprimento no prazo, bem como a prestação de informações falsas.</p> <p>Assim, é prerrogativa assegurada a fiscalização, acompanhamento e controle ao Parlamentar, das ações do Poder Executivo estadual, ou seja, do governador, do vice-governador e dos secretários estaduais. Esta função é importante para garantir a boa gestão dos recursos públicos e a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.</p> <p>Além disso, indispensável se faz a observância aos princípios da transparência, publicidade e interesse público, os quais são mecanismos fundamentais para garantir o direito de acesso à informação, que é uma das expressões da cidadania e da democracia.</p> <p>Diante de exposto, solicito apoio dos Nobres Parlamentares para aprovação do presente requerimento.</p>		